

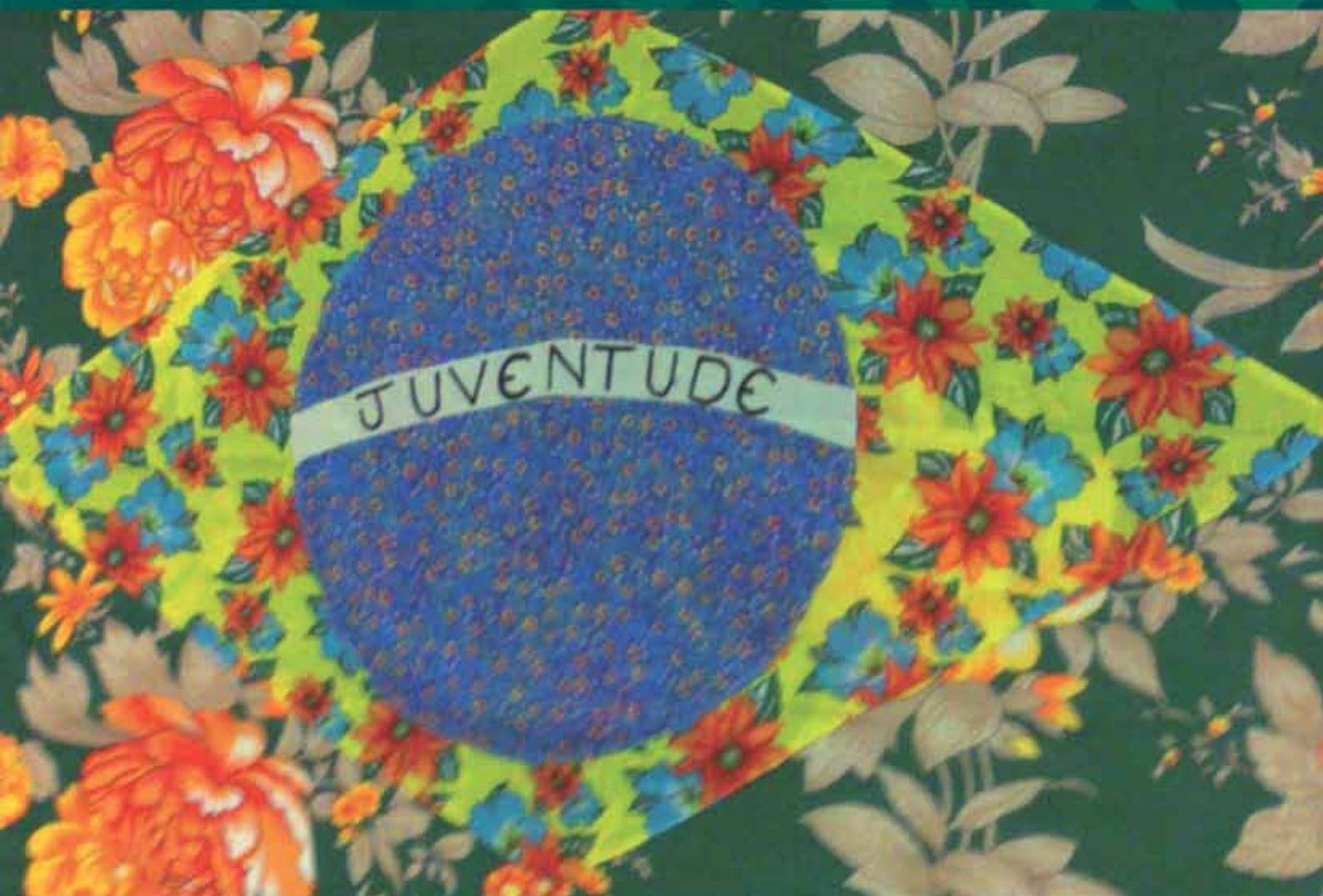


conselho de educação popular
da américa latina e do caribe



EDUCAÇÃO POPULAR E JUVENTUDE

CEAAL BRASIL



ceaal

conselho de educação popular
da américa latina e do caribe

Revista Educação Popular e Juventude CEAAL Brasil

A temática da juventude no Brasil, assim como em toda América Latina, é alvo prioritário de uma sociedade capitalista como a que vivemos (ou sobrevivemos): alvo de consumo, alvo de violência, alvo do tráfico, para citar alguns... A juventude negra, indígena, empobrecida é, principalmente, alvo de negação de direitos. Alguns projetos se voltam para a juventude, mas quase sempre com propostas de inclusão ao mundo do trabalho, numa perspectiva profissionalizante. Alimentamos, assim, as demandas do mercado com alternativas nada alterativas, de inclusão ao subemprego, na maioria das vezes. Ou então projetos culturais sem investimentos suficientes para constituírem-se em mudanças em sua trajetória de vida, rompendo com o ciclo de pobreza familiar. Precisamos apresentar uma face da juventude, longe de clichês e preconceitos. Construir, pela educação e educação popular, os sonhos mais puros e livres, respeitando as individualidades e coletivos de cada região.

Esta iniciativa trata de apresentar um pouco dos projetos desenvolvidos pelas entidades do CEAAL Brasil, sua produção de conhecimento no tema das juventudes em cada região do país. Problematizar o tema acerca das Juventudes, buscando socializar o conhecimento gerado, de forma a contribuir no debate e formulação de Políticas Públicas no país.

Difundir, com o conhecimento acumulado pelas organizações, a partir das experiências e contato com as juventudes, através do CEAAL e da Revista, projetos que podem contribuir nessa mudança. Mostrar que a Educação Popular pode ser um caminho efetivo. Incidir sobre o debate para iniciativas populares de organização da juventude e políticas públicas.

Pretendemos disseminar nos meios sociais e organizações, uma consciência acerca da realidade das juventudes, seus sonhos e perspectivas. Contribuir com a quebra de preconceitos e construir novos paradigmas. O CEAAL marca posição frente a temática da juventude, sendo este um dos seus eixos de incidência.

Os artigos apresentados nesta segunda edição da Revista de Educação Popular CEAAL Brasil, projeto do Fundo de Iniciativas do CEAAL para todos os países membros, traz reflexões acerca da Juventude no Brasil. Alguns protagonizados pelas entidades, através de seus projetos nas diferentes regiões do Brasil, como a Ação Educativa de São Paulo SP; a EQUIP da Região Nordeste do Brasil, cidade do Recife PE; a ASSESOAR, de Francisco Beltrão, noroeste do Paraná e o CAMP de Porto Alegre, que apresenta o Levante Popular da Juventude, protagonizado pela própria juventude, integrando o campo e a cidade e organizado enquanto movimento em todo o Brasil. Por fim, o artigo do sociólogo Marcio Cruz, um dos idealizadores e atual presidente do Fórum de Educação Popular – FREPOP, que acontece há 10 anos na cidade de Lins SP e tem a participação de educadores e organizações nacionais e internacionais e do qual o CEAAL também participa. Ele faz um resgate histórico das lutas da juventude no Brasil, incluindo as manifestações populares dos últimos dias.

Possa esta revista, mais uma vez, contribuir para o fortalecimento da Educação Popular e aproximar distâncias que ainda possam separar ricas experiências no caminho da construção de um projeto popular para o Brasil.

Boa leitura!

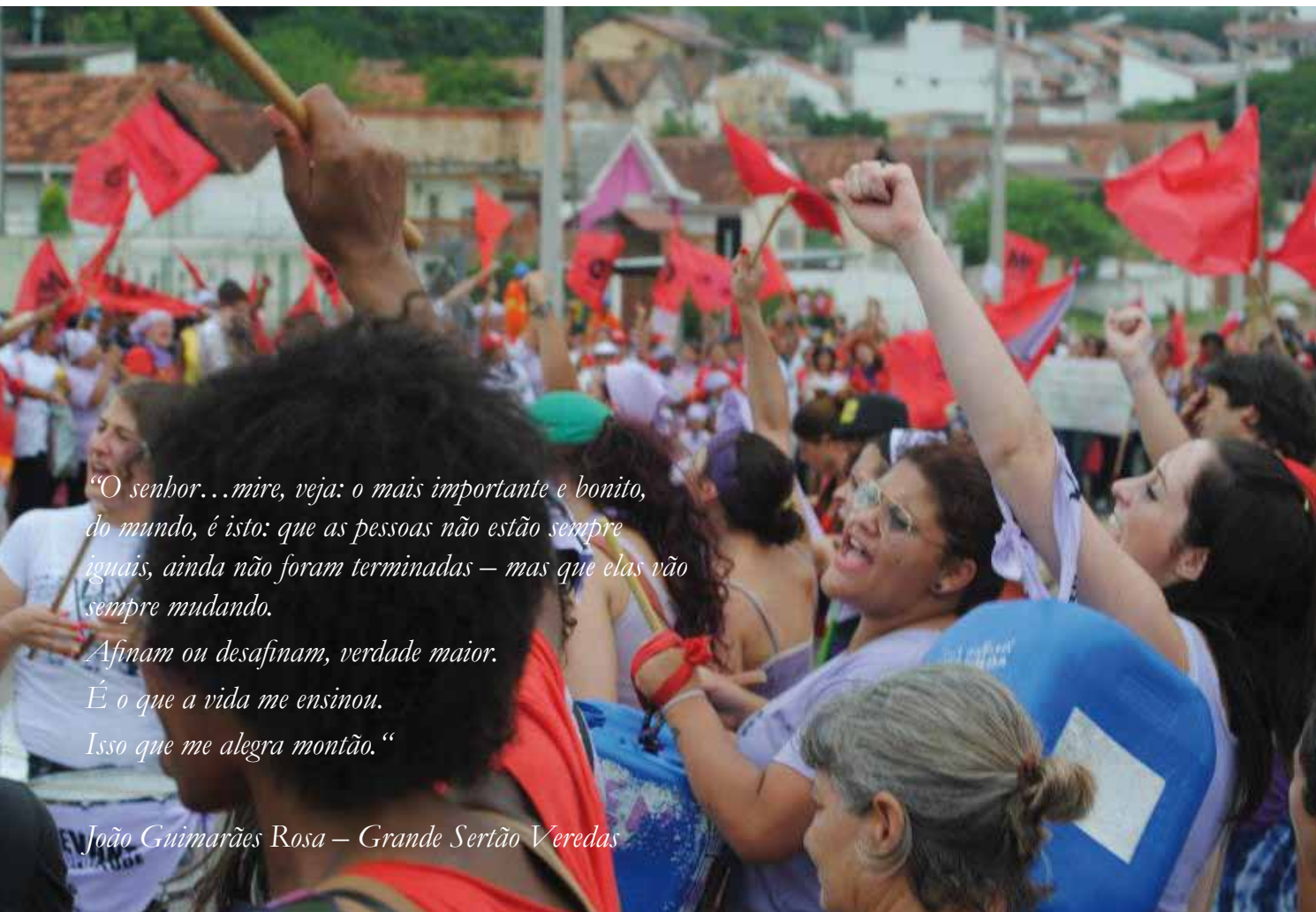
João Carlos Werlang

Coordenador CEAAL Brasil

Centro de Educação Popular – CAMP

Porto Alegre RS Brasil.

Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação



“O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.

Afinam ou desafinam, verdade maior.

É o que a vida me ensinou.

Isso que me alegria montão.”

João Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas

Olá educadores e educadoras desse Brasil e quiçá da nossa querida América Latina

Por aqui, acabamos de dar início a mais uma edição do “Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação” (JADE), projeto que busca discutir e estimular o envolvimento de moças e rapazes em temáticas como: o acesso à educação básica e ao ensino superior; o direito à educação e; o mundo do trabalho.

Já vai se distanciando um bocadinho o ano de nossa primeira edição – 2007 – na qual 25 jovens agentes, após um fértil período de formação, realizou tanto uma pesquisa quantitativa com 880 estudantes de ensino médio de cinco escolas públicas da zona leste da cidade, quanto uma pesquisa qualitativa com 177 pessoas, entre elas, estudantes, professores, coordenadores pedagógicos, funcionários, pais e especialistas em educação. Lembro-me, como se fosse ontem, dos jovens agentes

colando os stickers com os resultados da pesquisa nas paredes das escolas parceiras. Ali, a ideia era que os apontamentos feitos pelos estudantes pudessem contribuir com a reflexão dos atores escolares no sentido de garantir um ensino mais próximo das demandas e realidade dos jovens.

Ah! E foi a partir de um apontamento dos estudantes nessa pesquisa, o qual indicava que o ensino médio deveria apoiá-los na reflexão sobre a continuidade de seus estudos após a conclusão da educação básica que, entre o final de 2008 e início de 2009, um grupo de trabalho (formado por parte dos jovens agentes, por alguns professores parceiros, pela equipe da Ação Educativa e por um especialista em orientação profissional) começou a matutar uma metodologia que levasse a reflexão sobre

a continuidade dos estudos para jovens dos terceiros anos de escolas públicas.

E não é que deu certo? Em 2009, após um período preparatório de formação, lá estavam os jovens agentes ao lado dos professores parceiros realizando as oficinas de escolha profissional, apelidada por nós aqui de “Tô no Rumo”. Elas começaram tímidas, no contra turno, apenas com os estudantes que tinham disponibilidade, entretanto, pelo interesse daqueles que participaram, percebemos a importância de ampliar. Afinal, todos deveriam ter o direito de pensar sobre o seu futuro.

O ano de 2010 chegou e uma nova turma, formada por 12 jovens agentes, iniciou sua formação. Durante esse processo, tiveram acesso à discussão sobre direito à educação, acesso à educação básica e superior, além de refletirem sobre a continuidade de seus estudos e sobre as carreiras que queriam seguir. Foi também durante a formação que esse grupo se preparou para levar as oficinas “Tô no Rumo” a estudantes de escolas parceiras, dessa vez para turmas completas, posto que as oficinas foram realizadas no período de aula. Os jovens agentes se saíram muito bem na forma como conduziram as oficinas, acompanhados sempre por uma pessoa da equipe técnica da Ação Educativa. E, assim, se foi mais um ano. E essa turma de jovens agentes, assim como a anterior, deixou saudade.

A turma de 2011, formada por 10 moças e rapazes, mal chegou e foi viajar. Fomos para um local afastado realizar um encontro de imersão que teve como objetivo a aproximação do grupo e a construção de um ambiente de diálogo entre os participantes. É claro que com esse objetivo não poderíamos deixar de recorrer ao nosso grande mestre Paulo Freire e foi assim que selecionamos trechos de um de seus livros mais conhecidos, *Pedagogia do Oprimido*, para discutir com os jovens agentes a importância do diálogo.

Já de volta aos trabalhos na Ação Educativa, para além de participar da formação nos temas centrais do projeto, os jovens agentes encamparam a missão de elaborar um material informativo sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sobre os programas aos quais o ENEM dá acesso: Programa Universidade Para Todos (ProUni), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Com o material em mãos, lá foram os jovens agentes compartilhar essas informações com os estudantes das escolas parceiras.

Ah! E não pensem que não teve oficina “Tô no Rumo” nesse ano, muito pelo contrário, pois, a partir daí, elas passaram a ser realizadas pelos próprios professores das escolas parceiras que, após um período de formação, iniciaram as oficinas com os seus educandos no período

de aula o que ampliou um bocado o acesso dos estudantes à reflexão sobre a continuidade dos estudos.

E assim chegamos a 2012, ano em que ampliamos a turma para 20 jovens agentes. Estes participaram do processo de formação nas temáticas centrais do projeto, assim como realizaram uma discussão sobre a distribuição dos equipamentos culturais na cidade e o impacto do acesso (e principalmente do não acesso) a eles em processos de acesso ao ensino superior. Nesse sentido, essa turma visitou museus, foi ao teatro, ao cinema e, para comunicar suas descobertas a outros estudantes, iniciou a produção de um vídeo para o qual entrevistaram uma estudante de escola pública que acessou o ensino superior público e especialistas em educação e cultura. E lá se foram seguir seus caminhos...

Mas, por mais que fique a saudade, o ânimo sempre se renova, pois como relatei a vocês no começo: acabamos de dar início a mais uma edição do “Projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação”.

Ah! E se quiserem saber mais novidades sobre o JADE, acessem o site da Ação Educativa (<http://www.acaoeducativa.org/>). Nossas notícias ficam na aba de juventude.

Abraços

Fórum de Educação Popular - FREPOP

“É a cidadania e não o poder econômico quem deve ser ouvido em primeiro lugar”.

* Marcio Cruz



Aqueles/as que nasceram no final dos anos 50 e início dos anos 60, foram os jovens de um Brasil sem liberdade. Viveram as consequências de um Estado que gerava riqueza para uns, e multiplicava pobreza para milhões. Esta juventude não se resignou, resistiu e lutou de diversas formas. Muitos/as que lutaram contra o regime militar morreram, venceu ao final a possibilidade de livre expressão, para que o povo tenha direito de ocupar as ruas e lutar por melhores condições de vida, vida esta que o sistema capitalista lhes tira todos os dias.

Aqueles/as que nasceram no final dos anos 60 e início dos anos 70, foram os jovens de um Brasil de possibilidades, colheram as flores da luta e do sangue dos que os antecederam. Participaram da formação de partidos, sindicatos, associações de moradores, reconstruíram entidades estudantis. Votaram pela primeira vez para presidente, sonharam e ousaram, tiveram inúmeras derrotas, mas continuaram lutando. Encontraram governos que entregaram as soluções da vida para o mercado. A luta pela ampliação e garantia de direitos no campo democrático tinha uma violência estúpida que se parecia muito com o período

anterior, criminalização, tortura e morte dos que vivem na pobreza. Acabaram por participar da eleição do primeiro operário para presidente da república, e depois, da primeira mulher a assumir o governo do país.

Os que nasceram no final dos anos 80 e início dos anos 90, são os jovens de outro Brasil. São os nossos filhos. Uma parte destes está nas universidades públicas e privadas espalhadas pelo país. Tem acesso a informações, exercem o direito sobre seu próprio corpo, amam de diversas maneiras, se expressam em redes sociais, se expõem mais e agora tomam as ruas. E tem este direito, pois o Brasil de hoje, diferente do de ontem, pode lhes garantir possibilidades de mais conquistas, de conquistas diferentes daquelas que conquistaram outras gerações.

A pauta dos milhares de manifestantes é uma agenda de governo. Reconhece nos governos a possibilidade de realizar suas conquistas. Querem transporte público de qualidade a baixo custo ou com tarifa zero. Querem mais recursos para a educação e para a saúde, questionam e criticam os investimentos público em estratégias privadas como a das grandes empreiteiras para a infraestrutura da Copa e não aceitam naturalizar a corrupção como se nada pudesse ser feito.

Caminhando nas mesmas passeatas há interesses contraditórios. Não poderia ser diferente na democracia. O confronto, no entanto foi inevitável por conter varias faces entre os que estão nas ruas. Algumas das faces da condenável violência física policial estão: Na natureza de um Estado autoritário e violento; criminosos que aproveitam a multidão para pilhar o patrimônio publico e privado; a estratégia fascista do antipartidarismo; mas também, a rebeldia que reage a violência cotidiana física e simbólica de uma sociedade que tem uma das maiores concentrações de renda do mundo, um Estado autoritário, cultura sexista, homofóbica e violenta.

Quem toma a parte pelo todo isola a energia politica que esta geração está vivenciando. Como bem definiu a presidenta Dilma *“se aproveitarmos bem esta nova energia política, poderemos fazer melhor e mais rápido muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar”*. As respostas da presidenta Dilma necessitam efetividade, mas oferecem foco em três agendas vinculadas aos principais serviços públicos: 1) *“mobilidade urbana que privilegie o transporte coletivo”*, 2) *“destinação de 100% dos recursos do petróleo para a Educação”*, 3) *“trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento no sistema único de saúde, o SUS”*.

No campo da politica fez declarações que apontam para a maior participação da sociedade organizada nos rumos do governo. Definiu como necessário *“oxigenar nosso sistema político, encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos mal feitos, e acima de tudo mais permeáveis a influencia da sociedade. É a cidadania e não o poder econômico quem deve ser ouvido em primeiro lugar”*.

A única reforma estrutural que se arriscou a pronunciar o fez de forma não afirmativa, em parte porque está em tramitação no Congresso Nacional, se trata da Reforma Política. Declarou que quer *“contribuir para uma ampla e profunda reforma política que amplie a participação popular”*

A REFORMA POLÍTICA é o principal passo para a construção de outras reformas. É fundamental uma Reforma Política ampla, que coloque no centro do debate o poder popular sobre o poder econômico, criando e desobstruindo canais de participação direta dos setores populares com poder imperativo, de decisão. Que restrinja a reeleição de parlamentares, defina a paridade de gênero no parlamento, amplie no processo eleitoral o debate publico e popular sobre os rumos do futuro governo e estabeleça votação em lista e o financiamento público exclusivo de campanhas.

As ruas cobram um rumo diferente, manter a mobilização, canalizar a rebeldia e isolar a violência promovida por infiltrados de direita e pelo crime organizado que promovem a instabilidade da

democracia conquistada com o sangue de uma geração é nossa principal tarefa. Sabemos que é possível. Estamos espalhados pelo Brasil em movimentos de educação e organização popular que tem participado ativamente de ações do governo e estão descontentes com o protagonismo do poder econômico nas agendas dos principais ministérios.

O que está em movimento nas ruas não é a primavera que sonhamos, mas pode ser a oportunidade de pavimentar o caminho para que outras gerações colham as flores e frutos que semearmos.

* Marcio Cruz, Sociólogo e presidente do Fórum de Educação Popular.

--

Marcio Cruz

Consultor em Planejamento Estratégico

Coach ontológico pela Newfield - Sevilla/Espanha

Presidente Fórum de Educação Popular - FREPOP

Mestre em Ciências Sociais com ênfase em ciências políticas

EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares e a experiência com Juventude

Porto Alegre,
13 de novembro de 2012



*“As ideias estão no chão,
Você tropeça e acha a solução”
(Titãs e Arnaldo Antunes)*

O trabalho com juventude na Escola Quilombo dos Palmares- EQUIP tem sido assumido desde o princípio, segundo as bases que regem sua identidade e missão, tendo a educação popular como princípio da ação formativa, política e metodológica. Como diz a canção “as ideias estão no chão”, é preciso olhar para a realidade e construir as soluções a partir das possibilidades e ação coletiva.

Com esse desejo de remexer as ideias, há cerca de quinze anos, a juventude dentre as várias expressões dos sujeitos sociais inseridos nos diversos movimentos sociais, ocupa lugar no público prioritário das ações da EQUIP.

Estamos falando de um período em que no Brasil o tema juventude aparece no cenário político e acadêmico como questão social, como processo da afirmação de identidade específica e de luta por direitos. Nesse processo, a juventude nordestina tem dado grande contribuição ao debate em todos os âmbitos, destacando seu lugar social, afirmando suas especificidades sem se furtar dos temas gerais e do entendimento que é preciso discutir as questões universais e disputar projetos políticos populares democráticos.

Não é por acaso que a escola assume esse debate

como fundamental em sua ação pedagógica, uma vez que a capacidade inventiva, criadora e de intervenção juvenil contribuem para que o elemento prática política assumam bandeiras tanto dos movimentos sociais no Nordeste e no Brasil, quanto no fomento aos direitos sociais juvenis, através do debate em torno das Políticas Públicas para a Juventude – PPJs.

Ao dialogarmos sobre a ação formativa, podemos identificar que a EQUIP envolveu os movimentos juvenis nos mais diversos seminários, cursos de formação, debates sobre análises de conjuntura, encontros e intercâmbios regionais.

Mas, desenvolveu, sobretudo, ações formativas dirigidas a juventude, como o Curso de Formação à Distância para Lideranças Juvenis no Nordeste Brasileiro, que discutiu questões relativas à identidade nordestina e juvenil, a história de luta dos movimentos no Brasil e no Nordeste, passando por temas centrais como a defesa de um projeto nacional, questões internacionais como solidariedade e globalização, com centralidade na relação do Brasil e América Latina.

Outros temários fizeram parte desse processo denso, mas ao mesmo tempo leve, permitindo que os módulos de estudo pudessem envolver os(as) jovens em cada

canto do nordeste e produzissem sínteses a partir de um olhar sobre as novas expressões culturais e o (re) encontro com suas raízes.

Não menos importante foi o debate sobre a atualidade, entendendo a importância dos movimentos sociais contemporâneos para a construção e inserção da juventude na pauta política de luta e reconhecimento pelo seu papel de sujeito de direitos e pela luta por um projeto político alternativo nacional.

Essa ação formativa aconteceu em paralelo com o fortalecimento da estratégia da ação em rede, comum às ações da EQUIP. A escola, que juntamente com outras organizações internacionais, assumiu um curso para lideranças juvenis em âmbito internacional, apoia as organizações nordestinas que participaram desse processo formativo nas ações de mobilização e articulação de entidades e movimentos juvenis no nordeste que deu origem a Rede de Jovens do Nordeste e com ela surge uma plataforma de ação, mobilização e formação política das diversas juventudes nordestinas, sobretudo, no que diz respeito à realização de ações conjuntas.

O apoio pedagógico e político também se deram através de parcerias diversas para a realização de campanhas de participação política, acampamentos e festivais. É importante registrar o caráter político e pedagógico dessas atividades, que tiveram debates estratégicos como “Protagonismo Juvenil nas Políticas Públicas” e “Desenvolvimento Juvenil no Nordeste Brasileiro”. Todas essas ações políticas e pedagógicas foram registradas e sistematizadas, garantindo que as reflexões e ações políticas não se percam.

Essa parceria oportunizou a qualificação de um debate em torno da construção de uma pauta política que teve início com o debate do primeiro emprego para a juventude e se aprofundou no desenho e na luta pelas PPJs.

Podemos dizer que a EQUIP em parceria com a RJNE esteve presente em debates centrais como contribuição conceitual do tema juventude, levando em conta as especificidades nordestinas, a perspectiva de visualizar a juventude como ator estratégico no projeto de desenvolvimento, na luta pelo reconhecimento como sujeito de direitos e na discussão sobre a criação de espaços instituições de políticas públicas para a juventude como conselhos e órgãos gestores de PPJs.

Debate que se materializou com a inserção da juventude nordestina em diversos espaços e instâncias de poder e decisão, mas também na luta e acompanhamento à criação da Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude e junto com estes o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, qualificação e ação – Projovem em 2005.

A EQUIP acompanhou, mobilizou e participou das

duas conferências nacionais de juventude. Contribuindo para o levantamento de bandeiras e para a construção de bases mais sólidas para a Política Nacional de Juventude, referendando a luta pela construção do marco legal e da ampliação de programas e políticas para a juventude.

Em parceria com diversos movimentos sociais, a escola sempre pautou o tema da juventude nos espaços diversos de mobilização da sociedade civil organizada, com ênfase para o Fórum Social Mundial e as edições do Fórum Social Brasileiro e Fórum Social Nordestino.

Para a Escola o debate não se restringe a provocar o temário marco legal, para que as políticas públicas de juventude se tornem efetivas, mas é preciso não perder o rumo da história, da luta pela construção de um debate geral em torno da igualdade, inclusão social e disputa de valores. Assim pautar o enfrentamento ao extermínio de jovens, é, sobretudo, pautar um projeto de desenvolvimento em que considere a densidade da população juvenil como uma das bases para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento na sociedade.

Por todas essas questões, a escola assumiu nos últimos anos a necessidade de territorializar o debate e fortalecer a juventude que está inserida nas dinâmicas territoriais, com formações específicas sobre a realidade em questão.

Nesse contexto, a EQUIP está inserida no Comitê Permanente de Juventude Rural do CONDRAF, onde tem debatido questões pertinentes a juventude rural nos territórios para a construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A EQUIP permanece realizando ações de diagnósticos e intercâmbios sobre a realidade de jovens, a partir da compreensão que é necessário debater a integralidade dos direitos da juventude, não mais apenas do ponto de vista de pautar o primeiro emprego como fez em momento anterior, mas pensar no emprego juvenil aliado ao trabalho decente, a inserção da juventude que vive no semiárido nordestino, o acesso a saúde, cultura, comunicação, acessibilidade e afirmação de sua identidade política, étnica e de orientação sexual.

A educação popular é a mola mestra para o trabalho com a juventude nordestina, provocando questionamentos, olhares e debates em torno da participação e do aprofundamento democrático.

A discussão sobre identidade juvenil é provocadora, mas a prática das organizações juvenis em questão é, além de ponto de partida, opção metodológica da ação da EQUIP, que se atualiza, se reinventa, utiliza as novas tecnologias e retorna a essa prática garantindo sua essência e atualidade da Educação Popular no trabalho com a juventude.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE



O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. Somos a Juventude do Projeto Popular, e nos propomos a ser o fermento na massa jovem brasileira. Somos um grupo de jovens que não baixam a cabeça para as injustiças e desigualdades.

A nossa proposta é organizar a juventude onde quer que ela esteja. Deste modo, nos organizamos a partir de três campos de atuação:

- 1) no meio estudantil secundarista e universitário;
- 2) nas periferias dos centros urbanos e
- 3) nos setores camponeses.

Nesta última frente de atuação também articulamos a juventude dos movimentos sociais, em especial da Via Campesina. Portanto, o Levante é composto hoje por jovens exclusivamente do movimento, bem como jovens que constroem outros movimentos sociais que acreditam no projeto popular.

Nosso principal objetivo é multiplicar grupos de jovens em diferentes territórios e setores sociais, fazen-

do experiências de organização, agitação e mobilização. Também queremos ir em busca de força motriz da Revolução Brasileira, ou seja, ter inserção social em diferentes categorias do povo que possam vir a levantar-se no novo período, que virá, de ascenso das lutas.

Enxergamos um mundo dividido entre aqueles que exploram e oprimem e aqueles que trabalham e que têm o fruto de seu trabalho roubado. Esse é o sistema capitalista-patriarcal-racista, que cria uma relação de dominação entre culturas e povos, destrói o meio ambiente, oprime e explora as mulheres, assassina a juventude negra, silencia gays e lésbicas e tolhe, cotidianamente, todos os nossos sonhos.

Entendemos que só com o povo unido, metendo a mão junto, é possível construir o novo mundo que sonhamos. Para isso é preciso apresentar um projeto de nação diferente, que derrube o projeto das classes dominantes onde uma pequena parte da população explora e domina a maior parte.

A construção do Projeto Popular para o Brasil nada mais é do que a conquista das reivindicações históricas que sempre nos foram negadas pelos poderosos de nosso país, como educação, saúde, transporte, cultura, esporte e lazer que sejam realmente públicos e de qua-

lidade bem como o trabalho decente que possa dar ao jovem a oportunidade de ter uma vida digna. A solução de tais problemas, que atingem a grande maioria da população, só virá a partir da reorganização radical da nossa sociedade, ou seja, devemos fazer uma revolução.

Nosso movimento se baseia num tripé:

1. Organização (acúmulo de forças);
2. Formação (práxis* transformadora);
3. Lutas (atacar o sistema).

*Práxis = teoria + prática

O Levante organiza a juventude para fazer denúncias à sociedade por meio de ações de Agitação e Propaganda (agitprop), ou seja, várias técnicas de comunicação e expressão da juventude com o povo, como músicas, grafismo (graffite), dança, teatro, fanzines, faixas, adesivos, murais, gritos de luta, etc.

O conceito clássico de movimento social se relaciona à existência de uma ou mais bandeiras de luta que unifiquem os sujeitos envolvidos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, lutam pela reforma agrária popular, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) lutam contra a forma injusta de construção das hidrelétricas, etc., ou seja, faz parte do grupo quem se identifica com sua pauta reivindicatória e se engaja por essas conquistas. O diferencial do Levante é que não elegemos bandeiras prioritárias, mas nos colocamos ao lado das mobilizações que reivindicam melhores condições de vida para a juventude brasileira. Num contexto onde falta quase tudo na vida cotidiana do jovem, nosso método é mostrar que sem a organização coletiva e luta nenhuma conquista verdadeira é possível.

A perspectiva que o Levante oferece é a possibilidade de estar organizado/a coletivamente para viver e para lutar. Fora da organização as ações isoladas de um indivíduo, por mais justas que sejam, não tem sucesso. Portanto, o que o Levante possibilita às pessoas é o reconhecimento da sua condição de sujeitos e a construção de possibilidades para que estes recuperem a sua capacidade de intervenção política.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Em 2012, frente ao avanço da reação que pretendia bloquear a implementação da Comissão Nacional da Verdade, proposta pelo Governo Federal para investigar os crimes ocorridos na Ditadura Militar Brasileira, promovemos uma série de escrachos contra torturadores e agentes da repressão da ditadura militar por diver-

sos estados do Brasil. Os atos se basearam na denúncia de ex-agentes que participaram direta ou indiretamente de ações de tortura na época e em frente a prédios que serviam para tais fins, como o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (Doi/Codi).

Foram realizadas 12 mobilizações organizadas nacionalmente em 11 estados: PE, PA, BA, CE, SE, PB, RN, SP, MG, RJ, RS. Diversos agentes foram denunciados publicamente por meio dos escrachos, tendo apontadas suas participações nos processos de tortura durante a ditadura.

Defendemos a Comissão da Verdade, cobramos a localização e a identificação dos restos mortais de desaparecidos políticos e exigimos que os torturadores sejam julgados e punidos. Além disso, condenamos a movimentação dos setores conservadores dentro e fora das Forças Armadas, que não aceitam a democracia e não admitem a memória, a verdade e a justiça, desrespeitando a autoridade da presidenta Dilma Rousseff e ministros de Estado.

PROJETO POPULAR PARA A EDUCAÇÃO

As raízes do ensino em nosso país se confundem com as do conservadorismo e as do elitismo, sempre privilegiando as camadas mais ricas. A luta para que o povo tenha acesso à esse direito fundamental é, portanto, uma luta histórica.

Nos últimos anos, ocorreram importantes modificações na educação do país. Algumas políticas públicas e muitas lutas sociais garantiram a ampliação do ensino profissionalizante e aumentaram a oportunidade de mais jovens entrarem na universidade. Essas políticas, entretanto, têm de ser acompanhadas de mudanças estruturais que garantam aos e às jovens que entram meios para garantir sua permanência e a conclusão dos estudos. Infelizmente, as iniciativas nesse sentido ainda não foram suficientes. É urgente nos mobilizarmos pela conquista dessas mudanças na estrutura de nosso sistema de ensino!

Lutamos pela popularização da educação, em todos os níveis. Ainda hoje, uma parcela muito pequena da juventude tem acesso ao Ensino Superior – menos de 15%. Construir um Projeto Popular de Educação passa pela luta por mudanças profundas na educação brasileira, que garanta mais investimentos e condições de acesso, permanência e conclusão da formação. E, principalmente, nossa educação deve servir para estimular o questionamento, e não a acomodação, para que o povo brasileiro se torne protagonista de sua própria história.

Por isso, nos levantamos pelas Cotas, pela Assistência estudantil, por Educação no campo, por Cursinhos Pré-Vestibulares nos Bairros, por Transporte, por Acesso a Cultura, por Creches para Mulheres Jovens, por Regulação das mensalidades, por Alfabetização!

AVANÇAR RUMO AO PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

As mobilizações que percorrem todo o país nesse mês de junho de 2013 abrem a possibilidade de avançar nas mudanças estruturais que interessam ao povo brasileiro.

Milhões de pessoas têm ido às ruas protestar pela primeira vez, conquistando vitórias na redução das tarifas, proporcionando elevação da autoestima e uma experiência inigualável de protagonismo popular.

Para as forças de direita, as mobilizações e protestos devem ser canalizados para desgastar e desestabilizar o governo federal, inviabilizando o favoritismo do PT nas eleições gerais de 2014. Eles querem recuperar a pauta neoliberal, fortalecendo os setores rentistas, financeiros, retomando a subordinação internacional aos interesses estadunidenses e rompendo as alianças com os governos progressistas da América Latina.

O enorme poder concentrado da mídia passa a atuar como verdadeiro partido político da classe dominante, interferindo nas mobilizações, premiando e fortalecendo a imagem de “líderes” que se amoldam aos seus interesses e condenando aqueles que denunciam os reais inimigos dos interesses do povo. Atuam na disputa pela interpretação das mobilizações, sendo instrumentos poderosos para construir uma leitura, influenciando nas pautas que vão para as ruas e promovendo líderes adequados aos seus interesses.

As manifestações refletem a situação que se instaurou nos últimos anos, nas grandes cidades, com o avanço da especulação imobiliária, o aumento no custo de vida – muito além dos salários – e o baixo investimento em serviços públicos. Em muitas delas, eles ficaram paralisados, gerando um sucateamento destes serviços, como podemos identificar claramente na péssima qualidade dos transportes. Nos grandes centros urbanos, a população, que vai para a escola e para o trabalho em ônibus e metrô apertados, perde de três a quatro horas por dia no trânsito, tempo que poderia utilizar para estar com a família, estudando ou participando de atividades culturais.

Mas a atual crise não se limita aos seus aspectos econômicos e sociais mais evidentes. O atual sistema político não possibilitou que nossa sociedade superasse as principais características herdadas de sua condição colonial. Seus diferentes ciclos de desenvolvimento

sempre reproduziram a desigualdade social interna e a dependência externa.

As mobilizações também têm expressado forte sentimento de rejeição ao atual sistema político. Generaliza-se a percepção de que há uma “blindagem” da política aos verdadeiros interesses do povo brasileiro. Nesse contexto, os partidos políticos e os próprios políticos são vistos como parte de uma mesma engrenagem subordinada aos interesses das elites e a democracia representativa se apresenta, aos olhos da juventude, como um mecanismo que impede a democracia efetiva. Mesmo as bandeiras de partidos de esquerda passam a ser vistas como símbolos da burocracia, apesar de seu histórico de lutas.

Mais do que nunca é preciso fortalecer a unidade das forças populares e de esquerda. Sabemos quem é o inimigo, podemos construir uma ampla unidade e apresentar um programa que traga soluções para os problemas básicos do povo. É a possibilidade que temos de acumular forças para avançarmos na construção de um Projeto Popular para o Brasil.

Caminhos e desafios para a organização da juventude



1- De onde falamos

A Assesoar, neste momento, implementa o seu Centro de Educação Popular, política e pedagogicamente ancorado nos fundamentos das lutas populares da América Latina, especialmente das que assumiram a perspectiva da transformação social. Institucionalmente, assenta-se nos aprendizados do contraponto à revolução verde, visível nos grupos de agricultura alternativa, na cooperação para produzir e comercializar; da luta pela terra e

contra as barragens; do teatro da juventude do campo, desenvolvido no Projeto Vida na Roça; do acompanhamento às escolas públicas, à produção e à comercialização ecológica e da formação tecnológica em agroecologia para jovens. Nesse momento, a Assesoar contribui na formação política e formação nas artes cênicas, com o teatro.

2-A juventude na sociedade atual - características e condições

2.1- Juventude e Juventudes – as Classes Sociais

Em cada tempo e lugar, condicionados pelas possibilidades de reprodução material, agrupamentos humanos moldam sua existência social, intelectual e simbólica:

humanizam-se. No Capitalismo, atual condição do existir, os mecanismos globais de expropriação e subordinação ajustam-se às distintas condições locais, para atingir o objetivo da exploração e da subordinação globalizadas.

Mediante a lógica da expropriação capitalista global, os agrupamentos humanos adaptam-se para subsistir, mantendo ou reelaborando características, muitas delas específicas que, à primeira vista, aparecem como determinantes na configuração da identidade. É o caso de agrupamentos dos centros e das periferias das cidades, dos bairros bem estruturados, do campo ocupado por pequenos agricultores e camponeses, do campo nos latifúndios, dos negros, dos indígenas, dos quilombolas,

dos homoafetivos, entre tantos. As especificidades, aparentemente determinantes da identidade, se evidenciam nas formas de vestir, no uso de determinadas marcas, na criação musical e nas artes visuais, nos estilos de escrita, nas novas formas de comunicação das redes digitais, nas características das festas e da diversão, na forma de encarar o trabalho, enfim, se e como projeta o futuro. Ao realçar estes aspectos específicos e mais evidentes da identidade, podemos caracterizar diferentes *juventudes*.

Contudo, sob a atual hegemonia do Capitalismo, as identidades específicas refazem-se articuladas e condicionadas ao movimento estrutural da produção das ri-



quezas materiais e da sua distribuição, cadinho que forja novas gerações.

No calor das contradições da atual dinâmica da acumulação de capital, conformam-se múltiplas condições econômicas, sociais, políticas e artísticas, produzindo reivindicações específicas ao Estado ou às empresas capitalistas que, aos poucos, reconhecidas, são tratadas, normalmente, como objeto de programas oficiais.

Pelo movimento do Capital para reconstituir os índices de acumulação, avalizado pelas políticas oficiais, implementa-se a expansão da fronteira agrícola, a privatização das terras e do subsolo, a reconfiguração das estruturas agrárias com as reconversões produtivas nas áreas de grande e de pequeno porte, os grandes projetos hidroelétricos e de mineração que realocam as populações, os novos arranjos produtivos nas indústrias, entre outras, provocando profundas alterações precarizantes na relação capital/trabalho, manifestas de forma desigual, porém combinada, costurando os distintos agrupamentos humanos pela expropriação da riqueza produzida em qualquer das condições.

Nos tempos atuais, os parâmetros estruturantes da ideologia legitimadora da concentração de riquezas e da centralização das decisões, controlados pelo capital financeiro, pautam a produção da cultura, costurando as

especificidades em traços novos, unificadores da constituição humana. Por isso, as características universais da atual humanidade, conformada sob determinadas condições, é histórica¹.

Sob este prisma, para caracterizar apropriadamente “as juventudes” tendo em vista educar numa pedagogia apropriada, há que configurar a *juventude* desde parâmetros mais universais, balizados pelos movimentos da teia da produção material, no embate das classes sociais. Ou seja, ao caracterizar, para fazer a aproximação pedagógica, as especificidades da juventude de distintos grupos humanos, são fundamentais, desde a perspectiva da educação popular, uma vez que considera os sujeitos (coletivos e individuais), como ponto de partida – e de chegada – da prática educativa.

A intencionalidade deste fazer educativo, certamente, implicará as características da socialização humana, como a sensibilidade com o outro, o crescimento intelectual e profissional, a solidariedade e a atitude acolhedora do diverso. Contudo, uma pedagogia limitada aos aspectos restritos da humanização do sujeito, enquanto indivíduo, ficaria refém de si mesma e se inutilizaria por não perceber que os indivíduos são construções sócio-históricas, conectados e dependentes, para existir, do movimento geral da sociedade, no caso, do Capitalismo.

1 - Este posicionamento teórico indica que os processos revolucionários que alteraram os modos de produção (do Primitivo ao Escravismo, ao Feudalismo, ao Capitalismo e ao Socialismo), ao mesmo tempo, reconstruíram as formas de humanização e a própria humanidade, demonstrando que não há uma essência humana, mas uma identidade provisória, reconstruída constantemente. As mudanças radicais, contudo, acontecem na derrubada e na superação dos modos de produção.

O movimento pedagógico da Educação Popular, que parte, e tem como objeto, os sujeitos na sua condição cotidiana, encontra sentido e solidez ao admitir e incorporar, para a crítica e a elaboração das alternativas, as condições atuais de desumanização, tramada e efetivada pelos mecanismos de socialização do Capitalismo. Condições que predominam no fazer, no pensar e no sentir, articulando as especificidades, desde os diferentes contextos, aos ideais de consumo e poder supostamente atingíveis pela competente concorrência individual.

Ao considerar apenas as especificidades mais aparentes como suficientes para definir identidades, ou juventudes, corre-se o risco de despolitizar a condição humana desta época, desconectando-a do movimento das classes sociais e fragmentando as diretrizes e as ações, tornando-as politicamente frágeis ou mesmo inúteis, se encaradas para além da perspectiva assistencial. Ou seja, as especificidades são fundamentais enquanto base para a Educação Popular, mas insuficientes para embasar estratégias de transformação sócio materiais. Este erro tem levado muitos movimentos e organizações populares a reforçar, mesmo contra a intencionalidade manifesta, a ideologia liberal.

A pedagogia que contribui para politizar, mobilizar e transformar as condições materiais e sociais, garantirá aos educandos/as – neste caso, à juventude -, desde sua faixa etária e outras especificidades, as condições de se reconhecer, histórica e criticamente, no movimento global da sociedade capitalista. Condição, que tornará possível forjar sua identidade associada a outros trabalhadores/as e povos (identidade de classe social), num movimento capaz de dar sentido à existência por permitir a reconstrução das utopias e a animação da luta popular.

Ou seja, embora a realidade permita identificar *juventudes*, desde os traços específicos manifestos por esta faixa etária no contexto atual, é tarefa da Educação Popular contribuir para que estes jovens se identifiquem com o universo da *juventude* e dos trabalhadores/as de outras faixas etárias e contextos, unificados pelas condições a que são submetidos às relações do trabalho, ou

excluídos dele, pela dinâmica da acumulação capitalista em escala planetária.

Assim, para conectar as identidades singulares à identidade politicamente viável para enfrentar com propriedade o Capitalismo (identidade de classe), é indispensável a descrição e a análise histórica e atual do mundo do trabalho, condição humana que, ao reproduzir, sob condições determinadas, a existência material, caracteriza a humanização em cada tempo.

2.2- Transformação no mundo do trabalho e a identidade da Juventude

Assume-se que é através do trabalho de transformação da natureza para suprir as necessidades materiais e simbólicas, que o ser humano se constrói e se recria, condição que embasa a estruturação da sociedade em cada época determinada (conforme Marx). O trabalho realizado nos modos de produção Escravista, Feudalista e Capitalista é alienado aos detentores dos meios de produção (terra, indústrias, máquinas, ferramentas), já que estas sociedades se estruturam em classes. Os trabalhadores são expropriados e separados da riqueza que produzem (trabalho abstrato), por isso não se reconhecem como agentes da transformação da natureza e da sociedade.

Desde a revolução burguesa e industrial do século XVII, o avanço das forças produtivas configurou o Capitalismo em diferentes fases que alteraram a organização do trabalho, visíveis nas mudanças tecnológicas e na aplicação dos métodos de racionalização produtiva, provocando um fenomenal aumento na produtividade, ao mesmo tempo em que fragmentou o trabalho, por restringir cada trabalhador à produção de parte do objeto construído (tarefa repetitiva). A acumulação capitalista

avançou pelo controle e pressão no ambiente das fábricas, condição facilitada pela criação do exército industrial de reserva, fruto do violento êxodo rural da época.

Na trajetória de crises e avanços, nos tempos mais recentes, o capitalismo adota a produção flexível para um tipo de consumo que encontra motivação no diferencial da exclusividade do produto, modalidade industrial capaz de se deslocar rapidamente para as condições mais favoráveis para a acumulação, em escala planetária. *“Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho”* (Antunes, p.341).

A nova condição da acumulação capitalista exige agora trabalhadores mais qualificados e polivalentes, atuando em funções diversas, numa estrutura produtiva transformada pela informática e pela robótica. O trabalho torna-se mais competitivo entre os trabalhadores, assustados pelo desemprego estrutural. Contudo, devido à intensificação do trabalho ideológico, atualmente, essa

divisão de classe está cada vez menos evidente. O trabalhador aposta no esforço empreendedor pessoal como a condição de sucesso, aceitando a condição de que a sociedade reserva lugar aos competidores mais agressivos.



No mundo contemporâneo, enquanto o trabalho da transformação da natureza, especialmente no capitalismo avançado, é cada vez mais mecanizado e automatizado, os índices das ocupações humanas se ampliam nos 'serviços', situação coerente com os índices de deslocamento das populações para as cidades e metrópoles. Embora a gravidade seja maior nos países do capitalismo periférico, a condição geral é da precarização do trabalho, com supressão de direitos trabalhistas já conquistados, revelando que, *"...com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, "informais", de que são exemplo as distintas formas de terceirização"* (Antunes e Alves, p.337). *"As novas tecnologias de informação também aceleraram o avanço das transnacionais, permitindo com a conexão via internet, a ampliação do espaço produtivo no ambiente doméstico, ampliando a exploração do trabalho, com maior intensidade entre mulheres, jovens e crianças."* (Antunes, p.182).

Na esteira da condição tecnológica da volatilização, o capital financeiro, constituído recentemente pela fusão entre as empresas de produção de bens de consumo, os bancos privados e os proprietários das redes de comunicação de dados e de informações, fortalece-se nas gerações mais jovens a ideologia do consumo ilimitado

sem a necessidade de trabalho material, supostamente possibilitado pelas maquinarias inteligentes. A nova humanização (trabalho de formação humana) dirigida pelo capital financeiro, materializado na aceitação das empresas como guia (pedagogia empreendedora), exigiu a corrosão da autoridade e do poder educativo das tradicionais instituições da sociedade, especialmente das famílias, das escolas públicas e das igrejas. Foi feito, demonstrando que a mudança nas características da base material capitalista implica, necessariamente, na reorganização educativa da sociedade.

O capital avança outras formas de humanização, orientadas para as novas estratégias de acumulação, hegemonia educativa sentida e manifestada por educadores/as em todos os espaços sociais. Se a diretriz educativa do capital financeiro desloca o significado do trabalho de referencial que organiza a vida a longo prazo (construir a profissão é também construir a identidade) para tornar-se restritamente condição de comprar mercadorias (trabalho abstrato, apropriável pelo capital), os referenciais de realização humana movem-se do trabalho para a posse destas mercadorias, moldando identidades referenciadas nas marcas.

No quadro da corrosão da autoridade educativa de famílias e escolas, associado à ideologia de consumir sem trabalhar (condição restrita dos capitalistas), é realçada, especialmente nas gerações mais jovens, a atitude de negar-se, inclusive, a realizar o trabalho concreto, o trabalho cotidiano de manutenção da vida e do convívio. Considere-se que o trabalho não mercantilizável, é fundamental para a formação da personalidade quanto aos aspectos do reconhecimento do outro, do compartilhar responsabilidades, do sensibilizar-se e solidarizar-se com situações coletivas. Diante da condição do trabalho na economia capitalista, em torná-lo abstrato (alienável), o descuido com o trabalho concreto na formação das crianças e da juventude elimina uma das principais possibilidades de resistência educativa na perspectiva da individuação omnilateral. Perde-se um espaço estratégico de contraponto aos referenciais liberais.

Com relação aos ‘milagres’ da tecnologia, cuja produtividade é apropriada pelo capital, na formação da juventude, e das crianças, está o desafio de perceberem que o potencial de trabalho morto (das máquinas) é, na verdade, o acúmulo de trabalho vivo, não pago pelos capitalistas aos trabalhadores, sem descuidar do fato de que o aumento do trabalho feito por máquinas nos lugares de maior avanço do capitalismo só é possível pelo aumento e precarização do trabalho físico de trabalhadores em lugares menos capitalizados (sem máquinas).

“Com a conversão do trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos softwares, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é um processo que Lojkin denominou como objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada (...) que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de trabalho vivo em trabalho morto. Mas não pode eliminá-lo.” (Antunes, p.176)

A sociedade apresentada pelo capital, como um lugar ilimitado para satisfazer desejos, cria incessantemente novos objetos de consumo, parecendo ser possível estruturar a vida pelo imediatismo (sem planejar o futuro) e pelo individualismo (centrado no eu), atitudes que reforçam a submissão ao mercado, desembocando em violência e mutilação humana diante da impossibilidade

real de acesso às riquezas do trabalho pela juventude da classe trabalhadora. Nestas condições, as identidades das marcas desmoronam, abrindo espaço para a desesperança, a insensibilidade, a depressão e o suicídio. Um quadro explicado pela *“tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de empre-*

go, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural.” (Antunes, p.339)

4- Pistas para trabalhar com a juventude

1-Aproximar-se da juventude considerando as características específicas da sua identidade como ponto de partida pedagógico. Trata-se de reconhecer diferentes sujeitos, desde a sua condição e percepção, para que o processo educativo seja ato que amplie as possibilidades da autodeterminação (mover-se por si próprio);

2-Coletivos de jovens podem diferenciar-se e/ou se identificar por situações relativas ao trabalho, ao estudo, à arte, ao lazer, aos intercâmbios, às viagens, à solidariedade perante determinadas situações graves, às lutas coletivas... motivados pelo que incomoda e/ou motiva;

3-Considerar a urgência de fortalecer modalidades de envolvimento de crianças e jovens no trabalho não mercantilizável, no campo político da classe trabalhadora. O trabalho concreto, não alienável, desde o seu cotidiano (na família, na escola, na localidade onde mora), até ações de solidariedade com situações urgentes do convívio social. Trata-se de revalorizar a estratégia de enfrentamento da mercantilização do trabalho como modalidade absoluta, trabalho que aparece como única forma de realização, mediante a alienação aos mecanismos do capital (trabalho abstrato);

4-Contribuir para que se constituam coletivos e apoiá-los para que se tornem permanentes no formular, acolher e encaminhar demandas;

5-Cuidar para que a organização das ações (análise da problemática, soluções implementadas, estratégias fortalecidas) aconteçam em conexão com o movimento geral da sociedade (classes sociais).

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo e Giovanni Alves. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao mundo do trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 13a Ed. Cortez, 1995.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro 1, vol II e III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.





COMITE DIRETIVO

PRESIDENTES HONORÁRIOS

† Paulo Freire
† Orlando Fals Borda
† Carlos Nuñez Hurtado
† Raúl Leis R.
Fernando Cardenal
Pedro Pontual
Nydia González

COMITE EXECUTIVO

Oscar Jara Holliday - Presidente(a)
Nélida Céspedes - Secretário(a)
Edgardo Alvarez Puga - Tesoureiro(a)
Yadira Rocha Gutierrez - Conselho Fiscal
Thais Bernardes - Conselho Fiscal (Suplente)

COORDENADORES/AS REGIONAIS

Ileana Malito - Região Andina
João Carlos Werlang - Região Brasil
Aida Iris Cruz Alicea - Região Caribe
Ana Mercedes Sánchez - Região Centroamérica
Cira Novara - Região Cone Sul
Rosa Elva Zúñiga López - Região Mexico
Oscar Rey Meneses - Região Mexico

FILIADOS

AÇÃO EDUCATIVA

Rua General Jardim, 660 | Vila Buarque | CEP 01.223-010 | São Paulo - SP
Fone: 55 11 3151.2333
acaoeducativa@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org.br

ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
Av. General Osório, 500 | CEP 85604-240 | Francisco Beltrão - PR
Fone: (46) 3524.2488
assessoar@assessoar.org.br
www.assessoar.org.br

ASSOCENE - Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
Rua Leão Coroadó, 45 | Boa Vista | CEP 50060-250 | Recife - PE
Tel + 55 81 3033.9633 4141.0950 Fax: 3221.1380
assocene@assocene.org.br
www.assocene.org.br

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional
Praça Parobé, 130 | 9º andar | CEP 90030-170 | Porto Alegre - RS
Fone / Fax: (51) 3212.6511
camp@camp.org.br
www.camp.org.br

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
SMPW Quadra 01 Conjunto 02 Lote 02 | CEP 71.735-102 | Núcleo Bandeirante - DF
Fone: (61) 2102 2288 | Fax (61) 2102 2299
contag@contag.org.br
www.contag.org.br

EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares
Rua Monte Castelo, 142 | Boa Vista | CEP 50050-310 | Recife - PE
Fone (81) 3423.2116 | Fax: (81) 3423.2542
equip@equip.org.br

NUPEP/UFPE - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em
Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular
da Universidade Federal de Pernambuco
Av. Prof. Moraes Rego, 1235 | CEP 50670-901 | Cidade Universitária | Recife - PE
Fone PABX: (81) 2126.8000



Coordenação Regional - Brasil

João Carlos Werlang (CAMP)
Praça Parobé, 130 | 9º andar | 90030-170
Porto Alegre | RS | Fone / Fax: (51) 3212 6511